

TRANSITORIEDADE HABITACIONAL ENTRE AUTOCONSTRUÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL: OBSERVAÇÕES A PARTIR DE UMA PERIFERIA METROPOLITANA EM BELO HORIZONTE (POLÍTICA HABITACIONAL E DIREITO À MORADIA)

Thiago Canettieri

Universidade Federal de Minas Gerais | thiago.canettieri@gmail.com

Laura Vilela Campos

Universidade Federal de Minas Gerais | lauravilelacampos@gmail.com

Sessão Temática 07: Política habitacional e direito à moradia

Resumo: O presente artigo analisa a transitoriedade habitacional de sujeitos periféricos. A partir da reconstituição da trajetória habitacional de interlocutores e interlocutoras de pesquisa em uma periferia metropolitana de Belo Horizonte, investigamos os sentidos das várias mudanças residenciais empreendidas. Interpretamos essa transitoriedade como uma forma de reprodução social crítica na qual os sujeitos se engajam. As mudanças de uma casa a outra parecem indicar um deslocamento lateral, que mais preserva e reproduz precariedades e adversidades do que produz um movimento de ascensão social. Buscamos, ainda, destacar os fatores que reforçam e impelem a condição de transitoriedade, bem como as consequências desses deslocamentos. Assim, o texto contribui para a compreensão das dinâmicas habitacionais das classes populares e dos processos de urbanização periférica.

Palavras-chave: Mudança residencial; transitoriedade habitacional; urbanização periférica; reprodução social crítica; periferias.

HOUSING TRANSITORINESS AMID AUTOCONSTRUCTION, PUBLIC POLICIES AND THE INFORMAL HOUSING MARKET: OBSERVATIONS ON A METROPOLITAN PERIPHERY IN BELO HORIZONTE

Abstract: This article analyses the housing transitoriness of peripheral subjects. Based on the reconstruction of the housing trajectories of research interlocutors in a metropolitan periphery of Belo Horizonte, we investigate the meanings of the multiple residential changes undertaken. We interpret this transitoriness as a form of critical social reproduction that subjects engage in. The changes from one house to another seem to indicate a lateral displacement, preserving and reproducing precariousness and adversities more than producing a movement of social ascension. We also seek to highlight the factors that reinforce and drive the condition of transitoriness and the consequences of these displacements. Thus, the text contributes to understanding the housing dynamics of the popular classes and the processes of peripheral urbanization.

Keywords: Residential change; housing transitoriness; peripheral urbanization; critical social reproduction; peripheries.

TRANSITORIEDAD HABITACIONAL ENTRE LA AUTOCONSTRUCCIÓN, LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y EL MERCADO INMOBILIARIO INFORMAL: OBSERVACIONES DESDE UNA PERIFERIA METROPOLITANA EN BELO HORIZONTE

Resumen: Este artículo analiza la transitoriedad habitacional de sujetos periféricos. A partir de la reconstrucción de la trayectoria habitacional de interlocutores e interlocutoras de investigación en una periferia metropolitana de Belo Horizonte, investigamos los sentidos de los múltiples cambios residenciales emprendidos. Interpretamos esta transitoriedad como una forma de reproducción social crítica en la que se embarcan los sujetos. Los cambios de una casa a otra parecen indicar un desplazamiento lateral, más conservando y reproduciendo precariedades y adversidades que produciendo un movimiento de ascenso social. También buscamos destacar los factores que refuerzan e impelen a la condición de transitoriedad, así como las consecuencias de estos desplazamientos. Así, el texto contribuye a la comprensión de las dinámicas habitacionales de las clases populares y de los procesos de urbanización periférica.

Palabras clave: Mudanza residencial; transitoriedade habitacional; urbanización periférica; reproducción social crítica; periferias.

INTRODUÇÃO

Suzana é uma senhora negra. Ela trabalha como costureira. A sala de sua casa é também seu ateliê de costura. Pilhas de roupas e tecidos aglomeram-se nos cantos. No centro, um sofá cinza de frente para uma estante com uma televisão cercada por artigos religiosos católicos, como imagens de santos e terços. Atrás do sofá está seu instrumento de trabalho, a máquina de costura. Sentada ali, com um sorriso no rosto, confidenciou: “lh, meu filho... eu já mudei tanto de casa. Eu mudei de casa como quem muda de roupa. Foi uma ‘mudançaiada’, uma atrás da outra”¹. Com isso, ela dava uma risada e voltava a se concentrar na costura.

Se, em uma certa perspectiva, podemos falar, como Milton Santos (1990), de um “exílio na periferia”, é preciso reconhecer que esse exílio não significa imobilidade. Apesar das - ou, talvez, por causa das - adversidades acumuladas, da segregação urbana vivida e de toda sorte de violência experimentada, é comum entre nossos interlocutores uma narrativa de intensa mobilidade residencial. Esse fenômeno, embora indicado por alguma literatura sobre as periferias - por exemplo, ao tratar das lutas por moradia ou dos processos de remoções forçadas, reassentamento e políticas habitacionais -, ainda não é um assunto desenvolvido de modo sistemático e não é ressaltado nos estudos disponíveis sobre a (re)produção de territórios periféricos. Tampouco as políticas públicas destinadas à população periférica parecem estar cientes deste aspecto. A ausência de esforço sobre este tema de pesquisa permanece como Abramo (2005) identificou há quase duas décadas: há um enorme desconhecimento sobre essa realidade.

Este artigo busca investigar o sentido, para as classes populares, das várias mudanças residenciais empreendidas por alguns dos nossos interlocutores de pesquisa. Casos semelhantes aos de Suzana serão abordados buscando compreender a **transitoriedade habitacional**² dessas pessoas. Chamamos de transitoriedade habitacional a mudança de casas realizada pelas classes populares, frisando o movimento em territórios tão frequentemente caracterizados pela estagnação, assim como a agência de pessoas em geral imaginadas como sujeitos à mercê da limitação e da escassez. Estamos interessados sobretudo nas razões e nas consequências dessas mudanças.

As mudanças residenciais, como veremos, se integram a momentos do ciclo de vida das famílias e fazem parte do repertório de estratégias para garantir a reprodução dessas famílias, estratégias essas que chamamos de **reprodução social crítica**³. Com essa noção, designamos o conjunto de práticas reprodutivas que se desenrolam nas periferias como uma constelação de estratégias para enfrentar as adversidades acumuladas que marcam o cotidiano dessas populações num contexto de crise do trabalho⁴.

A condição de transitoriedade a que estão sujeitos aquelas e aqueles que vivem nos territórios periféricos (Caldeira, 2022) é decorrente de uma conjunção de fatores: a ação do Estado por meio do planejamento urbano e da política habitacional (Abramo, 2005; Pinho, Breda & Mallak, 2022), o funcionamento dos mercados informais (Paolinelli, 2023), a dinâmica própria do mundo do crime (Kawahara, 2023) e, claro, a constituição de projetos familiares ou mesmo

de arranjos transitórios extra-familiares (Giavarotti, 2018), entre outros. Nota-se, frequentemente, que as trajetórias habitacionais marcadas pela transitoriedade têm como denominador comum uma condição de perpétua instabilidade. Olhar, portanto, para o âmbito da vida cotidiana permitirá compreender os deslocamentos habitacionais que as famílias periféricas praticam. Nesse contexto, buscamos enfatizar a heterogeneidade interna da periferia, sem, no entanto, desconsiderar os processos estruturais que reproduzem velhas e criam novas homogeneidades sobre os territórios periféricos. Os deslocamentos da vida cotidiana das interlocutoras e dos interlocutores desta pesquisa revelam dinâmicas complexas que operam na periferia.

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2021, numa periferia metropolitana de Belo Horizonte, orientada por uma perspectiva etnográfica, envolvendo os seguintes instrumentos metodológicos: trabalhos de campo imersivos, mantendo um caderno de campo com anotações; conversas informais; e a realização de entrevistas em profundidade com certos interlocutores e interlocutoras. Essa abordagem permitiu compreender as relações cotidianas dos sujeitos periféricos e os sentidos atribuídos por eles, bem como ressaltou as suas estratégias reprodutivas. A experiência em campo permitiu compreender “de perto” e “de dentro” (Magnani, 2002) as relações que se desenvolvem na produção, vivência e apropriação desse espaço periférico. A partir dos materiais colhidos em pesquisa, reconstituímos aqui as **trajetórias habitacionais**⁵ coletadas em campo. Para preservar o anonimato de nossas fontes, interlocutores e interlocutoras receberam nomes fictícios. As localidades da pesquisa permanecerão não identificadas. Criamos um esquema ilustrativo da área do estudo que mantém as relações de proximidade e a complexidade da composição espacial do local, mas o fazemos a partir de uma construção abstrata para evitar que o campo seja identificado e, conseqüentemente, nossos interlocutores. As trajetórias habitacionais apresentadas aqui se destacam como casos representativos das dinâmicas de moradia observadas no nosso processo de pesquisa e, por isso, aparecem aqui como casos típicos - contudo, vale destacar que a diversidade de formas de morar nas periferias não poderia ser reduzida aos elementos aqui elencados e analisados.

Esperamos que este trabalho possa contribuir não apenas na compreensão das mudanças habitacionais das classes populares. Acreditamos que as informações levantadas em campo, embora guardem relação com a singularidade da área de estudo, possuem elementos que poderão elucidar as dinâmicas mais amplas de autoconstrução, das políticas habitacionais e dos mercados imobiliários informais.

Além desta introdução, este texto possui outras cinco seções. Em seguida apresentaremos uma descrição do espaço estudado, ressaltando as heterogeneidades encontradas na área e, ao mesmo tempo, sua inserção periférica e metropolitana. Nas duas seções seguintes, abordaremos alguns aspectos conceituais relevantes para a compreensão do nosso objeto de estudo. Passaremos, então, à apresentação das histórias de transitoriedade habitacional. Dedicamos uma seção para refletir sobre os sentidos das mudanças habitacionais para as

classes populares, integrando os achados empíricos de nossa pesquisa a aspectos mais gerais. Por fim, apresentamos as considerações finais deste estudo, sintetizando nossa contribuição.

UMA PERIFERIA METROPOLITANA

É importante, no estudo de uma periferia metropolitana, ressaltar a heterogeneidade e a complexidade interna dos territórios periféricos. Nas periferias coexistem diversas identidades, diferentes tipologias de habitação, variados regimes normativos. Aqui, ressaltamos as múltiplas paisagens e formas de produção do espaço e de reprodução social mobilizadas pelas populações periféricas ao enfrentar os efeitos cotidianos da segregação sócio-espacial. Nesse sentido, o território estudado é marcado por fronteiras internas que, ainda que permeáveis, indicam uma diferenciação sensível e espacialmente visível das diferentes formas do habitar na periferia, ou ainda das diferentes formas de reprodução social crítica empregadas pelas classes populares para atender às suas demandas habitacionais.

A história⁶ dessa área de estudo começa em meados da década de 1970, momento em que o processo de ocupação do local, antes rarefeito, se tornou significativo, embora até então informal. Localizada em uma área de expansão periférica, nos limites da capital mineira, em menos de duas décadas ela foi contemplada pela política pública à medida em que a cidade se expandia. Em 1990, a partir de cadastro na política habitacional do município, uma parte do território foi destinada a um loteamento público em que seriam distribuídos lotes de 160 metros quadrados pela Urbel, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. Neles, seriam construídas casas padronizadas, recuadas das divisas, de quatro cômodos (quarto, banheiro, sala e cozinha). Moradores de áreas de risco, de locais destinados a novas obras públicas e de ocupações diversas no município foram alocadas, no mesmo ano, para esse loteamento. Entretanto, essa alocação ocorreu sem que houvesse infraestrutura ou casas construídas para receber essas pessoas. A solução empregada pela prefeitura constituiu na distribuição de madeirite e lonas para a população cadastrada, que se organizou no local à espera da chegada das obras públicas, que só vieram em 1993.

Nesse meio tempo, em uma favela próxima, correu o boato de que a prefeitura estava 'dando casas', devido à movimentação em torno do espaço onde seria o futuro loteamento. Como consequência, famílias que não estavam cadastradas nas políticas habitacionais, que em sua maioria viviam de aluguel nesse território popular, se alocaram com a esperança de que bastasse ocupar o local para ganharem, também, uma residência. Mesmo depois do início das obras, em 1993, ainda chegavam pessoas, que se instalaram em barracas improvisadas. Com a finalização das construções das casas, entre 1994 e 1995, muitos sobraram, vivendo ainda sob madeirites e lonas. Essas famílias foram gradativamente realocadas para uma área ao sul do loteamento público, próxima a uma vertente que termina em um fundo de vale, onde consolidou-se uma favela residual. Nessa favela houve um incêndio, em 1997, iniciado por um curto em um 'gato' de eletricidade malfeito, que rapidamente se alastrou pelas casas que,

além de muito densamente implantadas, eram construídas precariamente e de materiais extremamente inflamáveis. Muitos dos residentes perderam tudo o que tinham e, sem lugar para ir, permaneceram na mesma localidade, recomeçando do zero o processo de constituição de seus barracos. A favela se mantém nesse local até os dias de hoje.

Pouco tempo depois do incêndio, entre 1998 e 2003, a prefeitura realizou a construção de três conjuntos habitacionais de interesse social na área. O primeiro deles constituía-se de 120 unidades habitacionais na forma de casas geminadas, organizadas em sete quadras. Essas casas foram construídas parte em regime de autogestão e parte por empreitada. Os outros dois eram empreendimentos verticalizados, de quatro andares e dezesseis unidades habitacionais por prédio. Esses conjuntos contemplaram famílias inscritas no cadastro da prefeitura, vindas de diferentes regiões da cidade. Mesmo após essas intervenções, a demanda por moradia na área como um todo era maior do que o que a política habitacional foi capaz de oferecer, de forma que até hoje as principais lideranças locais atuam nessa pauta.

Diante desse cenário, nasceu, em 2011, uma ocupação vizinha à área favelizada, numa encosta de difícil acesso e encaixada em um fundo de vale. Seus residentes são compostos por indivíduos e famílias que viviam de aluguel, com gastos que consumiam parte considerável da renda mensal familiar. Por conta das características físicas da área, a densidade de construções é elevada. É um local de ocupação de alto risco, pois em época de chuvas as vertentes ficam encharcadas e o fundo de vale sofre com recorrentes alagamentos. As pessoas residentes nessa área são as mais pobres e vulneráveis da área de estudo. Algumas construções, mesmo depois de dez anos, ainda não estão finalizadas e empregam materiais improvisados, como madeirites. Outras, ainda que de alvenaria, tiveram de ser evacuadas por risco estrutural, e ainda é possível encontrar casas desocupadas sob risco de desabamento no local. Em 2011, quando a ocupação surgiu, havia nela 50 famílias. No último cadastro realizado pela prefeitura, de 2021, encontravam-se lá 160 residências, com cerca de 500 residentes.

Em 2013, numa área de mata próxima às demais conformações espaciais já descritas, iniciou-se uma nova ocupação, inicialmente de forma lenta, mas com uma inesperada explosão pouco tempo depois. Atualmente, abriga mais de 2.000 famílias, sendo o território de maior abrangência espacial dentro dos diversos que englobam nossa área de estudo, e é foco de um complexo conflito fundiário e ambiental por ser um dos últimos locais de mata nativa fora de unidades de conservação da capital, além de se situar num vetor de expansão que se intensificou na última década.

Figura 1: Representação esquemática da área de estudo



LEGENDA

 loteamento público	 loteamento privado
 favela	 fronteira
 conjunto habitacional horizontal	 limite municipal
 conjunto habitacional vertical	 curso d'água
 ocupação urbana	

obs: esta é uma representação fictícia do espaço, sem norte e de escala irreal, que busca manter a área de estudo sem identificação mas permitir que sejam apreensíveis ao leitor as relações sócio-espaciais existentes.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como descrito, é possível observar na área de estudo diferentes realidades superpostas umas às outras. Trata-se de uma região de grande complexidade social, abrangendo diferentes formas de moradia, modos de reprodução da vida e dinâmicas cotidianas. Mesmo a partir de uma visão aérea, como é o caso do esquema apresentado na figura 1, é possível distinguir diferentes arranjos, estratégias, tipologias. O loteamento público, antes constituído de casas idênticas, se tornou uma visão caleidoscópica a partir do momento em que anexos horizontais e verticais foram sendo incrustados nas casas originais, seja para abrigar membros da família estendida, seja para aluguel, seja para abertura de empreendimentos comerciais. Esse processo de modificação e expansão por autoconstrução também ocorre no conjunto habitacional horizontal. Nota-se também diferenças no traçado das ruas, orgânico, no caso das ocupações, linear, no caso do loteamento público e dos loteamentos privados do entorno, assim como sua materialidade - ruas de terra ou ruas de asfalto. Embora toda a área seja considerada uma periferia da capital mineira, ressaltam-se aqui as diferenças internas.

URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA: AUTOCONSTRUÇÃO, POLÍTICAS HABITACIONAIS E MERCADOS IMOBILIÁRIOS INFORMAIS

A forma pela qual o Brasil se integrou à dinâmica planetária da reprodução ampliada do capital, isto é, na condição de subalternidade, determinou o padrão de urbanização que se desenrolou no país. Como é demonstrado por Francisco de Oliveira (2003), a entrada do Brasil na modernidade capitalista ocorre pela simbiose entre o arcaico e o moderno, como meio de garantir a reprodução capitalista no país. Essa combinação que integrou padrões capitalistas com formas não-capitalistas era condição necessária para garantir a reprodução da força de trabalho em patamares rebaixados. Uma de suas expressões fundamentais foi a “urbanização dos baixos salários” (Maricato, 1996), em que os próprios moradores das periferias desempenharam o papel de autoprodução⁷ do espaço. Essa dinâmica é essencial para se compreender a urbanização periférica.

Na dinâmica da provisão habitacional na periferia destaca-se a autoconstrução da moradia pelos próprios moradores. Apesar de ser um assunto já amplamente discutido na literatura sobre os estudos urbanos, interessa-nos destacar, seguindo Teresa Caldeira (2017), que a urbanização periférica se refere ao modo de produção do espaço que é caracterizado pelo envolvimento ativo dos próprios moradores na produção da infraestrutura urbana imobiliária. Esse processo ocorre a partir de diferentes situações fundiárias, podendo envolver ocupações de lotes abandonados, criação de loteamentos fraudulentos, compra e venda de imóveis, ou, ainda, em um padrão de relacionamento particular com a intervenção estatal ou o mercado formal. Trata-se, portanto, de um envolvimento transversal com lógicas oficiais e não-oficiais que produz o espaço nos confins da metrópole e que produz as paisagens desiguais e heterogêneas das periferias urbanas (Caldeira, 2017). Como ressalta Giavarotti (2023), a ocupação dos terrenos e a autoconstrução juntamente com a chegada da infraestrutura

urbana provocaram aumentos no preço da terra, forçando os novos contingentes de migrantes a buscarem áreas ainda mais periféricas. Assim a urbanização periférica no Brasil se desenrolou ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Contudo, importa reconhecer que tais condições de adversidade produziram formas associativas que lastrearam uma forma de ação coletiva nos territórios periféricos. Sader (1995), olhando para a “entrada de novos atores (políticos) em cena”, reconhece nas comunidades a emergência de uma nova prática política que se desenvolve entre a reivindicação e a prática cotidiana. Os novos movimentos sociais que emergiam no contexto dos anos 1980 e 1990 apontavam para um reconhecimento dessas áreas de periferia, o que significou a progressiva entrada das políticas públicas nesses territórios (mesmo que muito precárias, limitadas e restritas).

Considerando essa realidade urbana marcada por um mercado de terra altamente restrito, uma das principais demandas que emergem dessa força coletiva da periferia foi a moradia. Historicamente, foram várias as políticas públicas que se voltaram a atender essa demanda. Não seria possível abordá-las em sua diversidade e complexidade neste texto, mas vale reconhecer que o modelo hegemônico da política pública lidar com a questão da habitação foi reproduzindo o modelo da casa própria (Bonduki, 1998). Seja por meio de loteamentos públicos, apoio técnico e financeiro para autoconstrução ou mutirão, construção de conjuntos habitacionais, ou regularização fundiária, o padrão de interação do Estado brasileiro com o provimento habitacional reforçou a unidimensionalidade da propriedade imobiliária privada (Paolinelli, 2018).

Mesmo a autoconstrução insurgente das ocupações urbanas se constitui dentro do molde da propriedade fundiária particular. A casa para as classes populares não é apenas quatro paredes e um teto para se abrigar das intempéries e recuperar a energia. Em geral, a conquista da moradia própria é entendida como um acesso a melhores condições de vida: seja pelo Estado, pelo movimento organizado ou pelo mercado, esse parece ser o principal modelo sobre como morar (Paolinelli, 2023). Afinal, a estabilidade que a propriedade privada proporciona (mesmo que informal) é, para essas pessoas, fundamental. Parar de pagar aluguel representa, para muitas famílias, a oportunidade de melhorar, por exemplo, as condições alimentares. Não é raro também que a conquista de uma casa se transforme em um espaço de geração de renda para essas famílias. Algumas famílias usam da propriedade informal para investir em um microempreendimento (Giavarotti, 2018). Uma loja, uma padaria, um salão de beleza ou outra coisa do tipo pode funcionar juntamente com a função domiciliar, complementando a renda da família.

De todo o modo, a conquista da casa, seja pela autoconstrução, seja pela política habitacional, não forma apenas sujeitos políticos, mas constitui também mercados. O mercado imobiliário informal possui um dinamismo próprio com características distintas do mercado imobiliário formal que se adequa à realidade de vida das periferias urbanas (Abramo, 1998; Kawahara, 2023). Vale destacar: não se trata apenas de um mercado de compra e venda, mas também

um mercado de aluguel. Como demonstrou Paolinelli (2023), muitas famílias colocam cômodos ou barracões para alugar para outras famílias como uma forma de complementar renda. A lógica da ocupação do espaço nos territórios periféricos e a dinâmica da reprodução ampliada da periferia acontecem integradas ao funcionamento desses mercados.

Como notou Sérgio Ferro (2006, p.64-65), na urbanização brasileira se construiu a figura dos “pequenos proprietários urbanos” que são formados por famílias da classe trabalhadora que se tornam proprietárias da casa própria mesmo que em condições desfavoráveis, como sem escritura, em áreas de risco ou sendo contempladas na política habitacional. Portanto, a ideia de propriedade privada do solo e da casa é fundamental para se compreender a dinâmica da urbanização periférica.

HISTÓRIAS DE TRANSITORIEDADE HABITACIONAL

Apresentamos nesta seção do texto histórias de trajetórias habitacionais com foco, em especial, na transitoriedade das pessoas e suas famílias, que se deslocam entre os diferentes territórios, atravessam fronteiras internas à periferia, buscando a moradia adequada ou possível para a situação que vivenciam. As trajetórias habitacionais descritas não possuem marcadores temporais específicos, pois nosso foco está em compreender sobretudo as razões dessas mudanças. Por fim, as histórias de transitoriedade habitacional aqui compiladas apontam para as diferentes estratégias de reprodução social que vão sendo adotadas, transformadas e improvisadas pelas famílias e pessoas em seu dia a dia.

Como será visto na exposição das trajetórias pessoais, a análise da transitoriedade habitacional envolve a mobilidade residencial (Abramo, 1998; 2005; 2007). A casa, assim como um indivíduo ou um conjunto de indivíduos, é dinâmica, e transforma sua materialidade e seu sentido conforme a maneira com que as configurações sócio-espaciais dialogam com a produção de identidades e configurações familiares (Pinho, Breda & Mallak, 2022). Desse modo, as formas de viver individuais de cada habitante da casa em questão acompanham suas formas de morar, e ambas se transformam continuamente. Ademais, a maneira com que habitantes se relacionam com a casa e com o exterior dela, assim como suas decisões de permanecer ou partir, podem ser também influenciadas por processos que variam entre marcadores de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outros (Sheller, 2018 *apud* Pinho, Breda & Mallak, 2022). É notável, por exemplo, a maneira como as mulheres são percentual majoritário do déficit habitacional do Brasil (FJP, 2020, *apud* Paolinelli, 2023). Seja ao fugir de violência doméstica e de relacionamentos abusivos, seja na condição de relegadas ao cuidado exclusivo dos filhos em cenários de pais ausentes, as mulheres são a maioria dos sujeitos sem-casa, e empregam os recursos que podem para a reprodução da vida, o que inclui mudanças habitacionais.

As várias mudanças de casa nas trajetórias habitacionais das pessoas entrevistadas não produzem uma melhoria da qualidade de vida das pessoas. Trata-se de um tipo de *mobilidade* particular, que Teresa Caldeira descreve como um *deslocamento lateral*, isto é, um movimento

sem ascensão social. Diferentemente da geração pioneira que ocupou as periferias urbanas, onde a conquista da casa própria significou um “progresso” familiar, a tendência atual, segundo a autora, é a da prevalência do transitório, que “[...] aponta para circulação constante.” (Caldeira, 2022, p.126, tradução nossa). Houve uma diversificação das opções de moradia de baixa renda das últimas décadas, o que inclui alternativas à autoconstrução, como casas compradas no mercado como um produto acabado e pagas a prestações; habitação social na forma de programas como o Minha Casa Minha Vida; casas e apartamentos disponíveis para aluguel, sobretudo na forma de ‘puxadinhos’ de casas autoconstruídas, dentre outras. Portanto, tem-se um quadro em que os indivíduos acabam transitando entre diferentes possibilidades de habitação, entre periferias e às vezes indo e voltando delas. Por mais que as pessoas possuam mais mobilidade espacial elas não necessariamente possuem maior mobilidade social.

TRAJETÓRIAS HABITACIONAIS DE SUZANA, VIVIANE E ANDERSON

A família de Suzana foi uma das beneficiárias do loteamento público descrito. Sua família tinha sido uma das famílias ocupantes que foram reassentadas pela prefeitura na área. Primeiramente, viveu num barraco de lona e madeirites, entregues pela prefeitura, aguardando a construção das casas. Suzana e sua filha lembram: “era um barro só, quando chovia, essas ruas tudo ficavam uma lama danada”. Mesmo assim, persistiram no local. Muitas famílias acabaram abandonando-o e voltando para o aluguel ou para morar de favor. Nessa época Suzana não trabalhava – tinha sido despedida do seu antigo trabalho de costureira e não tinha dinheiro para comprar uma máquina de costura própria. O seu marido havia sido despedido e vivia de pequenos bicos na construção civil. “Foi uma época muito difícil, a gente passou necessidade mesmo” – confidenciou. A prefeitura começou a construção das casas em 1993 e sua família, por conta dos filhos pequenos, foi uma das primeiras que recebeu a casa. Era uma casa simples, de quatro cômodos: quarto, sala, cozinha e banheiro. Seu marido voltou a trabalhar fichado e ela conseguiu comprar uma máquina de costura, que colocou para funcionar atendendo seus vizinhos e fazendo pequenos consertos. Com o tempo, o marido foi fazendo pequenas reformas na casa. O objetivo da família era construir um segundo andar para colocar para alugar. Contudo, antes de conseguirem terminar as obras, ela e seu marido resolveram se separar. Em 2006 venderam a casa por R\$ 11.000,00 com a obra por terminar e dividiram o dinheiro entre marido e esposa. Ela comprou uma outra casa no mesmo loteamento para ela e para os filhos por R\$ 8.000,00. Suzana lembra que a casa tinha dois quartos a mais, feitos como “puxadinhos” da sala. Ela poderia ter um quarto seu, além de um para cada filho. Mas a casa tinha um problema grave de infiltração. Deu muito mofo, o que prejudicou a saúde da filha, que era muito alérgica e desenvolveu bronquite. Ficaram na casa por cinco anos e, em 2011, a trocaram com outra proprietária da área, dentro do próprio loteamento. Acertaram um valor: a casa de Suzana valeria algo em torno de R\$10.000,00 e a casa que comprariam valeria R\$13.000,00. Era um lote mais bem localizado, numa esquina e, por isso, era um lote “de comprido”. O filho,

Anderson, que acabara de ser despedido de uma empresa que trabalhava, ajudou a completar o valor e com o restante do dinheiro que tinha começou a construir sua casa dentro do lote da mãe. Antes disso, Anderson vivia no aluguel em outro bairro de Belo Horizonte, próximo ao seu antigo trabalho. A filha, Viviane, acompanhou a mãe em todas as mudanças, até se casar em 2015. Ao casar-se, ela foi morar com o marido na ocupação urbana localizada na área de fundo de vale. Alugaram um barraco de fundo num lote de um conhecido. Pagavam R\$300,00 reais. “Era muito ruim, era só um cômodo e o banheiro, sem reboco, sem piso, mas era o que a gente dava conta de pagar, meu marido não queria ajuda de ninguém”. Mas logo no ano seguinte, depois de descobrir que estava grávida, o marido foi preso. Era procurado pela polícia por ter se envolvido em ações criminosas. Sem condições de se sustentar, Viviane retornou para morar na casa da mãe. Seu irmão já havia terminado a casa no lote, mas ela não tinha condições de construir uma casa, então dividiu a casa com a mãe. Quando seu filho já tinha uma certa idade, Viviane procurou emprego e conseguiu um trabalho fichado de caixa de supermercado. Apesar da distância, o salário permitiu comprar os materiais de construção e, no sistema de mutirão entre família e amigos, começou a construir seu barraco de fundo. Hoje Viviane tem a sua casa no lote da mãe, com quem ela pode deixar o filho enquanto trabalha.

Na trajetória habitacional de Suzana, sua filha Viviane e seu filho Anderson, ressalta-se uma série de aspectos importantes. Em primeiro lugar, o acesso à política pública de habitação como uma conquista realizada por meio da luta de ocupação urbana. A estabilidade, apesar das sucessivas dificuldades, garantida por uma casa própria, aparece evidente no relato. Contudo, vale notar que a área produzida pela política pública rapidamente ativou um mercado imobiliário. As trocas de casa que Suzana fez, embora todas realizadas no contexto do loteamento público, indicam a ação de um mercado imobiliário, pois ela narra essas mudanças em termos de valores monetários. Interessa destacar que essas mudanças se integram a diferentes contextos vividos pela família - a separação da mãe, o adoecimento da filha, o desemprego do filho e o retorno da filha à casa. Como é comum, os acordos de compra e venda e trocas realizados em territórios periféricos não são formalizados - ou seja, um espaço que a Prefeitura entrega formal é rapidamente informalizado do ponto de vista da cadeia condominial. Além disso, as construções - como visto no relato - são também informalizadas pois frequentemente passam por sucessivas adaptações pelas famílias sem seguir os trâmites oficiais, como construções anexas, segundo andar, e barracões de fundo, entre outros. As trajetórias do filho e da filha são também elucidativas. Ambos saíram de casa em um determinado momento e foram viver de aluguel. Anderson, por conta do trabalho; Viviane, por conta da família que constituía com o esposo. Contudo, a condição do aluguel na periferia é muito volátil. O filho despedido e a filha em situação decorrente da prisão do esposo voltaram para a casa da mãe. A condição de ser proprietária parece lastrear as condições de reprodução de ambos os filhos.

TRAJETÓRIA HABITACIONAL DE ANTÔNIO

Antônio tem hoje 50 anos e mora na ocupação urbana maior. Ele vive lá num barraco, meio de alvenaria, meio improvisado com madeirites, sozinho. Foi casado por 15 anos e teve quatro filhos, mas por conta do alcoolismo não tem mais contato com nenhum deles. Ele e a esposa moravam de aluguel na região, no município vizinho a Belo Horizonte. Sempre moraram nos arredores, mudando de aluguel para aluguel, conforme as necessidades da família, que aumentava de tamanho. No começo de 2013, o alcoolismo fez sua mulher e o filho mais novo se mudarem. “Saíram assim, do nada. Eu saí para beber e voltei no dia seguinte, voltei e eles não estavam mais lá”. Depois disso, Antônio perdeu o emprego por conta dos sucessivos atrasos acumulados. “Eu estava muito perdido na vida”, diz ele na entrevista ao rememorar o período. Assim, foi morar na ocupação menor, num barraco de fundo de lote. Ele pagava R\$150,00 de aluguel, mas mesmo assim atrasava o pagamento por conta da bebida e da renda instável dos bicos. No meio do ano, a ocupação onde mora hoje começava, com a fixação dispersa de algumas famílias que entraram no terreno e construíram seus barracos. Antônio foi uma dessas pessoas – “fui uma das primeiras aqui”, se orgulhava em dizer.

A história das mudanças que Antônio fez ao longo da vida elucida o papel de longa data que o acesso à moradia por meio do aluguel desempenha para as classes populares. Ele viveu boa parte da vida adulta mudando de aluguel para aluguel – ora por conta do preço que pagava, ora para adequar a casa à realidade familiar, ora para se aproximar do trabalho. Contudo, sua condição marcada por um transtorno de alcoolismo fez se desestruturarem suas relações familiares. No princípio, foi morar novamente de aluguel, mas buscando um aluguel mais barato possível, isto é, num barraco de fundo, dentro de uma ocupação sem regularização. O nível de insegurança nessa situação é muito grande, mas correspondente ao momento de vida. A oportunidade de “entrar para uma ocupação” foi importante para que a renda – muito pequena e instável por conta dos problemas com bebida – pudesse ser mais bem aproveitada.

TRAJETÓRIA HABITACIONAL DE CRISTINA

Cristina se mudou para a região no início dos anos 2000. Ela se mudou com o marido que havia conseguido um emprego perto do local. Saíram da casa da sogra, onde viviam de favor, e alugaram a primeira casa juntos. Viveram por muito tempo, até que, com a separação do seu marido, não teve condições de continuar pagando aluguel. “Aí parece que é Deus, né? Eu estava lá, desesperada, sem saber o que fazer, com dois meninos debaixo do braço, e o pessoal começou a ocupar. Aí eu pensei ‘vou também’. E acabei indo!”. A partir daí, ela se envolveu com o movimento social que atuava na área e se tornou uma pessoa de referência, sempre se dispondo para as tarefas e participando das reuniões de coordenação. Cristina pagou o equivalente a metade do seu aluguel para o marido de uma amiga que também estava ocupando construir sua casa. “E foi assim, bem aos pouquinhos, ficamos uns dois anos em um cômodo de madeira e essas telhas assim [telha de amianto]”. Ela ficou na ocupação por quase cinco anos até que, em 2018, a Prefeitura veio para realizar um cadastramento das famílias que viviam na área. Sua casa, construída pelo vizinho, tinha agora uma trinca de

quase sete centímetros na parede da sala. Localizada numa encosta íngreme, Cristina não teve dinheiro para fazer uma fundação adequada. A casa começou a trincar, mas ela não tinha outro lugar para ir, e continuava lá, agora sozinha, já que seus filhos já haviam saído de casa. “Deus ajudou, nunca aconteceu nada” - ela fala enquanto olha para cima, como um agradecimento ao divino. A equipe da Urbel responsável pela área de risco veio um determinado dia e condenou a casa. Cristina teria que deixá-la. “É muito triste, sabe? Foi muito suor que coloquei aqui, muita luta com o movimento, e aí a gente vai para o ‘bolsa-aluguel’”. Cristina foi contemplada pela política do chamado bolsa-moradia. O instrumento do bolsa-moradia era utilizado, até 2003, pela Urbel, para reassentar famílias que fossem deslocadas por conta de obras infraestruturais. Nesse caso, a pessoa seria reassentada com uma nova casa, construída pela política municipal de habitação. Mas a partir de 2003, ‘o bolsa’ passou a ser usado também para famílias em situação de risco e, nesse caso, não há segurança institucional para que a pessoa seja reassentada, como é o caso de Cristina. Atualmente, ela vive há cinco anos nessa política, recebendo R\$500,00 por mês da prefeitura e pagando um aluguel na região. “A Urbel até falou assim: ‘ah, vai para mais longe, o aluguel fica mais barato’, mas não, faço questão de continuar aqui e continuar na luta com o movimento” - ela esclarece. Depois de cinco anos sem reajuste, o valor recebido foi ficando defasado. Cristina está na segunda casa de aluguel recebendo o bolsa-moradia, em uma casa de quarto-sala, e ainda precisa despendar mais R\$150,00 de seu salário para arcar com o valor total.

A trajetória habitacional de Cristina é marcada por várias mudanças na forma de morar. Do favor na casa da sogra ao aluguel até que a separação a impossibilitou de continuar onde morava. Para ela, sozinha com os dois filhos, o aluguel ficou inviável, pois drena uma parte considerável dos recursos familiares. A ocupação, portanto, aparece como uma oportunidade para ‘sair do aluguel’. Contudo, a ocupação - que objetiva a constituição de uma propriedade particular, mesmo que informal - nem sempre termina com maior estabilidade. No caso de Cristina, a ocupação ocorreu em uma área de risco com recursos escassos, o que impossibilitou a sua permanência. O órgão da prefeitura responsável pela política habitacional condenou sua casa por conta de risco de vida que ela e seus filhos estavam sujeitos em morar ali. E, assim, Cristina acessou o bolsa-aluguel, em que recebe um cheque mensal para morar de aluguel. Mas, como consta no relato, esse valor é defasado com os preços praticados no mercado - geralmente só se consegue alugar nesse valor novamente em áreas de risco - vetadas pela vistoria do órgão da prefeitura - ou em outros municípios metropolitanos. No caso, Cristina se dispõe a gastar parte de seu salário para complementar o custo do aluguel para se manter na área, por motivos de mobilização política e para continuar acessando sua rede de contatos e de apoio construída ao longo dos anos.

TRAJETÓRIA HABITACIONAL DE VANESSA

Vanessa casou-se muito jovem e foi morar na casa dos pais do marido, no município vizinho de Belo Horizonte. Era uma casa relativamente grande para a região, construída pelo seu

sogro nos anos 1980. Com o tempo, o casamento foi ficando mais difícil: “Meu marido me batia quando bebia, e ele bebia muito. Não deixava eu procurar emprego. Me colocava só para limpar e fazer comida, inclusive para os pais dele. Isso não é casamento, né?”. Os pais davam cobertura para o filho, e sempre que ela ameaçava chamar a polícia, os pais a dissuadiam. O marido de Vanessa se envolveu com o tráfico e contraiu uma dívida com o traficante local. Sem conseguir pagar e sob ameaças de morte, teve que se mudar da área. Vanessa desconhece o paradeiro do marido: “melhor assim”. Vanessa saiu da casa dos sogros, conseguiu um emprego e foi morar de aluguel no segundo andar de uma casa no loteamento. Em 2011, quando viu surgir a ocupação na área, ela se mudou para lá - juntou suas economias e começou a construir, “bem aos pouquinhos”, seu barraco onde mora até hoje. Contudo, como seu barraco está numa área suscetível a alagamentos - ela explica: “época de chuva é sempre difícil. Quase não durmo de preocupação. Chega a brotar água do chão da casa” -, atualmente ela está na fila do bolsa-aluguel para sair do local, mas pretende se manter na região: “É aqui que conheço todo mundo, né?”

A história de Vanessa é reveladora de dois importantes aspectos: as violências de gênero e as relações de sociabilidade. A violência de gênero possui forte influência nas decisões nas trajetórias habitacionais. A princípio imobilizada pelo relacionamento abusivo em que se encontrava, sua condição foi transformada quando seu marido foi expulso por traficantes locais e ela pôde, enfim, se mudar. Sua trajetória também chama atenção ao papel que grupos criminosos desempenham nas decisões referentes às trajetórias habitacionais. Após superar a situação de violência, Vanessa foi morar de aluguel e, depois, passou a residir numa ocupação urbana onde autoconstruiu sua residência. Lá, ela diz “conhecer todo mundo”, e com isso justifica sua permanência, o que joga luz sobre o papel das redes de solidariedade e sociabilidade construídas como forma de enfrentamento das adversidades, sejam elas a violência doméstica ou a instabilidade habitacional.

DE UMA CASA A OUTRA: OS SENTIDOS DAS MUDANÇAS PARA AS CLASSES POPULARES

O conjunto das trajetórias habitacionais aqui elencadas apontam para os diferentes sentidos que as mudanças de casa podem assumir para as classes populares. Ainda que existam diferenças quantitativas e qualitativas nas mudanças empreendidas entre uma trajetória e outra, interessa-nos compreender quais as causas dessas mudanças e o que elas significaram para as formas de reprodução social das famílias. A chave que aqui sugerimos é que a casa possui significados mais extensos do que apenas o local de moradia de uma família – sendo que um desses significados é o da casa como meio pelo qual as famílias se reproduzem socialmente na adversidade.

As decisões e o universo de escolhas disponíveis aos nossos interlocutores são decorrentes da realidade periférica que vivenciam cotidianamente. Nota-se que a casa ocupa um lugar de centralidade. Ela é considerada um item de primeira necessidade, concebida pelas classes

populares como algo essencial. As narrativas familiares giram em torno de um objetivo comum: conquistar a casa própria. Essa constatação, resultante da nossa pesquisa de campo, mas corroborada pelas investigações de Abramo (1998) e Paolinelli (2023), contradiz um dos pontos de Caldeira (2022) a respeito da transitoriedade. A autora afirma que “Os múltiplos deslocamentos não são necessariamente articulados por um projeto dominante, como o desejo de se tornar proprietário de uma casa autoconstruída.” (Caldeira, 2022, p.131). Para ela, é possível que a propriedade e a fixação no território não sejam mais resultados “desejáveis” (Caldeira, 2022, p.128) ou “interessantes” (Caldeira, 2022, p.130) para as novas gerações, para além da possibilidade de que esse projeto possa estar se tornando cada vez mais difícil. Definitivamente, o cenário de crise do trabalho dificulta as possibilidades das classes populares de acessarem uma moradia com pretensões permanentes, mas as histórias das trajetórias habitacionais aqui elencadas apontam que a propriedade da casa é ainda a prioridade das famílias - mesmo que se torne menos uma garantia de fixação e mais um dos momentos de um deslocamento lateral aparentemente incessante. A propriedade da casa é percebida como uma melhoria na condição de vida, mesmo que seja uma propriedade informal ou sem segurança de permanência. Há um jogo de expectativas que orienta alcançar a sonhada “casa própria”, sem que isso signifique uma interrupção da transitoriedade habitacional.

Destaca-se que a casa própria é uma forma de provimento da moradia recorrente no contexto da urbanização periférica (Caldeira, 2017; Streule *et. al.* 2020) e figura como uma orientação para as famílias que ainda não acessaram essa forma de morar. Afinal, mesmo para esses grupos, a casa não é apenas uma moradia, isto é, seu valor de uso, mas é mais do que isso: é uma herança para os filhos; é uma reserva financeira; é um refúgio contra violências. A casa significa, portanto, uma expectativa da. Nesse sentido, observamos que, ainda que diante de adversidades acumuladas, as pessoas estão direcionadas a tentar conquistar a casa própria. Mesmo nos relatos que acompanham pessoas que perderam a casa própria e foram morar de aluguel, como de Cristina, a orientação que organiza sua trajetória mostra a centralidade da casa própria. Em sua entrevista, Viviane disse: “Quando a casa é sua, você fica mais tranquilo”. A lógica da propriedade privada, como visto, atravessa as diferentes narrativas como eixo de gravitação mais importante. Assim, parece existir também uma expectativa de fixação – que supere a transitoriedade habitacional das famílias periféricas. Contudo, o uso da casa não só para morar, mas para garantir a reprodução familiar, envolve um cálculo de pragmática popular (Gago, 2018). As pessoas frequentemente pensam no local de moradia não apenas como “casa”, mas também como meio de sobrevivência e, assim, a troca de “casa” é um meio de responder as adversidades que convivem: sair da casa própria informal, por conta um despejo, para o aluguel; trocar de casa para uma casa maior, onde abrirá um negócio; conquistar um imóvel pela política pública para fazer um barraco de aluguel, são alguns exemplos que mostram como a propriedade imobiliária integra o quadro de reprodução familiar e se relaciona diretamente com as estratégias de sobrevivência, com as dinâmicas do mercado imobiliário e com as ações e políticas do Estado. Marina Sanders

Paolinelli (2023) destacou em sua pesquisa que a ação dos movimentos sociais de moradia reforça o lugar da propriedade, mesmo que isso não apareça tematizado em suas narrativas.

A propriedade, mesmo informal, desempenha uma oportunidade de reprodução (Paolinelli, 2023). Os moradores da periferia carregam aí uma expectativa de que o acesso à propriedade é, também, acessar recursos financeiros. Uma de nossas interlocutoras certa vez disse: “Conquistar a casa é a chance que o pobre tem de se enriquecer um pouquinho”. A casa, nesse sentido, é concebida pelas classes populares juntamente com o funcionamento do mercado imobiliário (mesmo que informal). As possibilidades de ganho, a valorização imobiliária e os preços praticados no mercado fazem parte dos cálculos familiares na hora de mudar de uma casa para outra, dentro, é claro, de suas possibilidades. Paolinelli (2023) demonstra em sua pesquisa como existe na prática cotidiana nas periferias urbanas uma racionalidade rentista própria. Trata-se, segundo a autora, de práticas que mobilizam a renda fundiária da propriedade como uma complementação dos baixos recursos financeiros disponíveis na unidade doméstica. Santos (1979, p.38 *apud* Abramo 1998) também interpretou essa prática como parte da existência de uma grande complexidade ideológica e cultural das populações pobres, em que a propriedade configura como uma forma de acumulação, que transforma a casa em um bem que pode ser trocado no mercado: “Os pobres estão atentos aos jogos dos quais participam, e nem sempre representam o papel de contendor que sempre é derrotado. Sabem que as cidades são usadas como objeto de especulação e especulam com o que podem.”

Muitas das vezes, a casa, além de servir como abrigo e reserva financeira que é mobilizada dependendo das circunstâncias, é o que permite “ganhar a vida”, como descrevem alguns de nossos interlocutores. Suzana e Anderson, mãe e filho, mobilizam a casa como espaço de geração de renda: ela como costureira, ele como mecânico de motos. A casa na periferia, portanto, indica um esboroamento da separação entre produção e reprodução (Giavarotti, 2018). Pinho, Breda e Mallak (2022) demonstram que “ganhar casa” muitas vezes significa “ganhar na vida”.

A forma de acesso à moradia, também, como visto nos relatos das trajetórias, é muito diversa. A heterogeneidade espacial corresponde a essa diversidade. Se Abramo (2005) buscou identificar percursos domiciliares que permitiriam compreender a circularidade de moradia, sua análise se limitou às relações de mercado. Os relatos aqui organizados apontam para uma grande variedade de formas de se acessar a moradia: a compra é uma possibilidade entre várias, como o aluguel, o favor, a troca, a política pública, a ocupação, a expulsão, o risco, entre outros.

Também parece existir uma espécie de transitividade entre a condição formal e informal. A oposição entre formal e informal, que orienta políticas públicas, é pouco precisa, pois o que parece ocorrer não é uma oposição direta, mas uma espécie de gradiente que transita entre um e outro. O padrão de relacionamento das famílias periféricas e o Estado (que, em última instância, é o lócus de decisão sobre o que é formal ou informal) é muito complexo e marcado

por uma relação ambígua (Das & Poole, 2004; Caldeira, 2017). Enquanto poder regulador e ordenador, pratica ao mesmo tempo “promessas de garantia” e “ameaças”; exemplos disso são dados pelos registros de campo dos autores em Pinho, Breda e Mallak (2022), em que o Estado ora figura como provedor de políticas sociais, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida; ora como a força policial que desaloja moradores de suas casas em terras em disputa; ora na forma de ameaças institucionais de desapropriação dos beneficiários de Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida que colocam suas casas para aluguel ou abrem empreendimentos comerciais em suas residências.

Os relatos compilados na seção anterior apontam também para importantes diferenças geracionais. A geração mais antiga, que ingressou na luta por moradia nos anos 1990, conquistou, por meio da política habitacional, uma forma de moradia mais estável que recorrentemente foi mobilizada para geração de renda, seja com empreendimentos familiares (Giavarotti, 2018), seja a partir de práticas de rentismo de baixo (Paolinelli, 2023). Contudo, as gerações mais jovens, vivendo num cenário de maior instabilidade nas periferias urbanas (Feltran, 2011), acabam lidando com uma realidade mais adversa. O trabalho como constituição da identidade e meio de reprodução da vida se torna escasso, as políticas públicas, influenciadas pelo consenso neoliberal, se tornam mais focalizadas e diminutas, o endividamento familiar cresce. Fica evidente com os relatos como a alternativa para esses jovens foi a ocupação ou o aluguel, o que corrobora com as hipóteses de Giavarotti (2018) e Caldeira (2022) de uma crise da modernidade e do trabalho cujos efeitos são sentidos com crescente intensidade pelas novas gerações.

Além da diferença geracional, existem também importantes marcadores de gênero que influenciam as decisões na mobilidade residencial. As pesquisas de Paolinelli (2023) e de Pinho, Breda e Mallak (2022) apontam para a particularidade das mulheres no que se refere à circulação habitacional. A condição estrutural da violência de gênero possui uma determinação importante nas decisões de mobilidade dessas mulheres ou então nas situações de imobilidade que vivenciam, como aparece de modo evidente na história de Vanessa. Adiciona-se a isso o cenário de frequente abandono parental por parte dos homens, que abdicam da posição de pais e de colaboradores na manutenção do lar, restando à mulher o papel de sustentar seus filhos, juntamente a si própria, como no relato de Suzana, Viviane, e Cristina. Para além de uma miríade de desafios que configuram a condição de mãe solo, destaca-se aqui a restrição orçamentária, que mobiliza essas famílias à mudança habitacional e, muitas vezes, a condições de extrema vulnerabilidade. Essa vulnerabilidade, frequentemente, só consegue ser mitigada a partir de relações de sociabilidade e solidariedade do local de moradia, o que, por vezes, configura como um fator de fixação no território.

Alguns dos relatos das trajetórias habitacionais apontam para a relação existente entre as mudanças de casas e as economias ilícitas, em especial, o tráfico de drogas. Como se sabe, o tráfico de drogas desempenha um importante papel de regulador social como regime de

normatividade atuante nas periferias urbanas brasileiras (Feltran, 2011; 2014; 2019). O dinheiro movimentado por essas economias irriga também mercados imobiliários, como o caso do filho de Fernanda. Também a atuação de membros de grupos criminosos influencia nas decisões de moradia: o marido violento de Vanessa mudou de casa como resultado da sua relação com os grupos criminosos. A questão do crime, em geral, não é tratada de modo adequado na bibliografia no campo do provimento habitacional ou dos estudos urbanos, gerando uma enorme lacuna analítica.

Chama atenção que a propriedade fundiária e a casa giram em torno da capacidade ou não de mobilização de dinheiro. Feltran (2014) já apontava o papel que o dinheiro desempenha em regular os conflitos. Esse papel, segundo o etnógrafo, se deve à capacidade do dinheiro de conectar diferentes mercados e realidades, permitindo a mediação entre regimes de normatividade distintos. Contudo, o dinheiro desempenha também papel fundamental como condição da reprodução social dos indivíduos e famílias. Assim como existem conexões entre os mercados legais e ilegais (Telles & Hirata, 2007) e vasos comunicantes das economias (i)lícitas (Feltran, 2019), também se manifesta uma intensa transformação da condição formal e informal das propriedades fundiárias: o que é formal pode ser informalizado e vice-versa.

Como vimos aqui, acessar uma moradia, seja por meio da política pública, das trocas de mercado, do aluguel, ou da ocupação, representa a possibilidade de garantir os meios de reprodução social. Tal condição de reprodução lastreada na propriedade da terra parece ganhar ainda mais relevância no contexto de crise do trabalho (Giavarotti, 2018; 2023; Canettieri, 2023) quando, como descreve Gago (2018), o salário deixa de ser o meio principal de reprodução dos indivíduos, e diversos mecanismos parecem cumprir o papel de reprodução. É o que chamamos em outras publicações de “reprodução social crítica” (Canettieri, 2023) para designar as formas historicamente determinadas de reprodução social que se desenrolam num contexto de crise. A terra, ou, mais precisamente, a propriedade privada da terra parece desempenhar um papel fundamental para garantir a reprodução dos indivíduos na crise do trabalho.

Garantir uma forma de acesso à moradia, traduzida pelos constantes movimentos de mudança de casa que reforçam a transitoriedade habitacional, representa, como visto nos casos analisados aqui, uma forma de pragmática vitalista (Gago, 2018; Verdi, 2023). Verônica Gago (2018, p.51) ressalta que há nos territórios periféricos “um nível de autogestão para a produção da vida social que se organiza sem a mediação política das instituições tradicionais”. Como descreve Teresa Caldeira (2017), são agenciamentos transversais, pois negocia e relaciona-se com essas instituições. Elisa Verdi (2023) reconhece que esse modo de organização popular tem como objetivo primeiro a garantia da sobrevivência (própria e de outros). Acessar uma moradia que servirá como meio de reprodução familiar é, portanto, um meio de exercício da reprodução social crítica.

Por fim, é importante ressaltar que os deslocamentos observados nas trajetórias habitacionais reforçam a transitoriedade a que os sujeitos periféricos estão submetidos. A transitoriedade habitacional, portanto, corresponde a uma tentativa de garantir os meios adequados para a reprodução social em um momento de crise. Nesse sentido, pode ser considerada, em si mesma, uma estratégia de reprodução social crítica. Como descrito por Caldeira (2022), essa condição de transitoriedade (observada aqui como transitoriedade habitacional) não corresponde necessariamente a uma melhoria de condições de vida. Trata-se, na expressão da autora, de deslocamentos laterais que não mais carregam uma promessa de ascensão social. Os indivíduos, transitando de casa em casa, na 'mudança' que caracteriza as trajetórias habitacionais analisadas aqui, convivem com a reprodução das adversidades que são mais ou menos compartilhadas pela condição periférica que vivem, ainda que com gradientes diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto a partir das trajetórias habitacionais analisadas aqui, as pessoas transitam de casa em casa, mudando-se de acordo com as condições de vida. São condicionadas pela precariedade e insegurança habitacional, pelas políticas públicas, pelos mercados imobiliários, entre outros, que influenciam diretamente as formas de vida das famílias. Uma situação de crise do trabalho, como exposto, obriga os sujeitos periféricos a se adequarem a essa nova realidade em crise. Assim, a transitoriedade habitacional serve como adaptação ao contexto de crise, indicando uma miríade complexa de caminhos e alternativas, ainda que se trate de deslocamentos laterais e não necessariamente de uma perspectiva de ascensão social. Apesar da transitoriedade a que estão submetidos, as precariedades são continuamente reproduzidas - ainda que em gradientes ligeiramente diferentes. Essa transitoriedade está relacionada aos diferentes momentos do ciclo de vida e das condições de reprodução familiares.

Buscamos argumentar aqui que a transitoriedade habitacional configura uma forma de reprodução social crítica. No atual contexto de crise das formas sociais historicamente determinadas do capital, os sujeitos periféricos se apoiam (ou desejam se apoiar) na propriedade (formal ou informal) como um meio de garantir a reprodução individual e familiar. A relação que estabelecem com as políticas públicas do Estado e com a ação dos movimentos sociais é estabelecida em termos de uma pragmática vitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro de Almeida; FARIA, Teresa Cristina. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. **Anais**. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 1998.

ABRAMO, Pedro. O mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades brasileiras: notas para delimitar um objeto de estudo. **Anais**. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Salvador: ANPUR, 2005.

ABRAMO, Pedro. Cidade Com-fusa. A Mão Inoxidável do Mercado e a Produção da Estrutura Urbana nas Grandes Metrópoles Latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, pp. 25-54, 2007.

CANETTIERI, Thiago. A condição periférica. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CANETTIERI, Thiago. Geografias da reprodução social crítica: fraturas e fronteiras em territórios periféricos durante a crise. In: BARBOSA, Rosangela; ALMEIDA, Ney (Org.). *Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida*. Curitiba: CRV Editora, p.123-148, 2023.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo. Estação Liberdade, 1998.

CALDEIRA, Teresa. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.

CALDEIRA, Teresa. Transitoriness: Emergent Time/Space Formations of Urban Collective Life. In: AMIN, Ash; LANCIONE, Michele (Org.). **Grammars of the Urban Ground**. Durham: Duke University Press, p. 155-174, 2022.

DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **Lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FELTRAN, Gabriel. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, v.27, n.72, p.495-512, 2014.

FELTRAN, Gabriel. Economias (i)lícitas: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, v.1, n.2, p. 1-10, 2019.

FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: FERRO, Sérgio (Org.). **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

GAGO, Veronica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GIAVAROTTI, Daniel. **Eles não usam macacão**: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo. Tese. Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2018.

GIAVAROTTI, Daniel. Os territórios periféricos da metrópole de São Paulo: do desenvolvimento desigual e combinado à desconstrução realmente existente. **Revista Cidades**, v.15, n.24, p. 88-111, 2023.

KAWAHARA, Ivan Zanatta. **Mercado imobiliário em favelas**: um estudo sobre os promotores imobiliários. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Niterói: UFF, 2023.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, p. 11-31, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLINELLI, Marina. **Desmercantilização da habitação**: entre a luta e a política pública. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

PAOLINELLI, Marina. **Alugar, ocupar, alugar**: rentismo de baixo e organização popular na produção da cidade. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

PINHO, Isabela; BREDÁ, Thalles; MALLAK, Fernanda. "Ganhar" e "perder" casa: as (i) mobilidades de mulheres nas periferias paulistas. **Contemporânea**, v.12, n.2, p.545-567, 2022.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena** - Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo**. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

STREULE, Monika; KARAMAN, Ozan; SAWYER, Lindsay; SCHMID, Christian. Popular urbanization: conceptualizing urbanization processes beyond informality. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.44, n.4, p.652-672, 2020.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v.21, n.61, p.173-191, 2007.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

VERDI, Elisa. Geografias da reprodução social: trabalho reprodutivo e pragmática vitalista na periferia de São Paulo. **Anais**. XX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém: ANPUR, 2023.

¹ Neste texto, serão utilizadas aspas duplas para citações diretas e transcrições de falas, e aspas simples para expressões coloquiais utilizadas por interlocutores e interlocutoras da pesquisa.

² Ao longo do artigo pretendemos apresentar e discutir o conceito de transitoriedade habitacional. A expressão é baseada no trabalho de Caldeira (2022), mas com especial foco nas mudanças dos locais de moradia.

³ Este conceito está em desenvolvimento. Em publicações anteriores, tratamos de apresentar uma definição parcial. Para uma discussão mais detida sobre este conceito, conferir Canettieri (2023).

⁴ Usamos a ideia de crise do trabalho apresentada e desenvolvida por Kurz (1993; 2014; 2018) para designar o processo de dissolução de uma forma social que ordenou a sociabilidade e a reprodução da sociedade capitalista. A crise do trabalho, neste sentido, é resultante da contradição central da reprodução capitalista. Essa contradição surge no interior do processo de acumulação, que aumenta a composição orgânica do capital, levando à tendência de expulsar o trabalho vivo do processo produtivo. Isso resulta na formação de uma sociedade de sujeitos monetários sem dinheiro (Kurz, 1993), onde o desemprego, a flexibilização, a terceirização e a precarização são manifestações superficiais desses desdobramentos. Vale notar que em territórios periféricos a crise do trabalho sempre foi manifesta, ainda que tenha se agudizado nas últimas décadas (Canettieri, 2020).

⁵ A sugestão dessa abordagem metodológica está no trabalho de Marina Paolinelli (2023). Em sua pesquisa, Paolinelli (2023) reconstitui a trajetória habitacional de pessoas ligadas à luta por moradia que habitam territórios populares de Belo Horizonte, buscando elucidar aspectos da autoconstrução, do mercado imobiliário informal, da ação de movimentos sociais e das políticas habitacionais. A partir da história de vida, a autora acompanha as transformações no modo de morar dessas pessoas. Essa abordagem orienta nosso trabalho.

⁶ O histórico da área de estudo aqui narrado teve por base o relato de nossos interlocutores, pedidos de acesso à informação junto à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), consultas ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, além de materiais recolhidos no Centro Cultural do bairro, nas redes sociais, jornais e arquivos pessoais.

⁷ Entende-se aqui a autoprodução como um termo de escala urbana, no sentido de produção da própria infraestrutura, enquanto o termo autoconstrução diz respeito à escala da moradia individual.